



“Os números não dizem tudo”: subjetividade como indício de transformações paradigmáticas no especial “Viúvas do Veneno”

Mayara de Araújo¹

Resumo: Ao analisar a reportagem “Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’, não me deixe morrer”, do especial “Viúvas do Veneno”, publicado em 2013 pelo jornal cearense Diário do Nordeste, o presente artigo pretende perceber como a valorização da subjetividade no texto jornalístico e a priorização do fluxo narrativo à divulgação objetiva das informações podem indicar transformações paradigmáticas no campo do jornalismo (que atravessam as rotinas produtivas e a conduta do repórter), pontuadas por autores como Charron e Bonville (2016) e Medina (2014). Para tanto, faz-se uso da Análise do Discurso proposta por Fairclough (2001), salutar a esta investigação por pensar os discursos de forma tridimensional: texto, prática discursiva e prática social.

Palavras-chave: narrativa (2); subjetividade (3); jornalismo (1); paradigma (4).

1. Quando o repórter se decide narrador: introdução

Em abril de 2013, o jornal cearense Diário do Nordeste publicava o especial ‘Viúvas do Veneno’, sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos em plantações brasileiras. Entre as muitas possibilidades de angulação, o repórter Melquíades Júnior opta por não apenas informar sobre o comércio ou os efeitos dos defensivos no corpo humano, mas também narrar histórias de luta, indignação e saudades, sob a perspectiva das viúvas de trabalhadores rurais cujas mortes tiveram relação com o uso prolongado e intenso dos agrotóxicos.

Na geografia do caderno, fontes oficiais, números e infográficos –elementos ligados ao trato dos dados “duros” – não coabitam com as histórias de vida das viúvas, pelo contrário: constituem um terreno outro. Para cada discurso, um relevo distinto: as in-

¹ Jornalista e pesquisadora. Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Ceará (UFC); especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede), vinculado à mesma universidade; e mestranda em Comunicação do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFC.

formações objetivas habitam as páginas pares, vales por onde os dados escoam; já nas montanhas do projeto gráfico, as páginas ímpares (reconhecidas por atrair prontamente o olhar dos leitores), residem as histórias de Maria, Gerlene, Helena, Sueli e de Marizaldo, o único viúvo da série. Nessas matérias, o repórter deixa de lado a precisão jornalística: quem, fez o quê, quando, como, onde e por quê nem sempre são respondidos ou detalhados. A prioridade é o fluxo narrativo, além da percepção e da humanização dos sujeitos da narrativa.

Sob a perspectiva canônica de um jornalismo objetivo, a não identificação da fonte em uma aspa, por exemplo – ocorrida na primeira matéria do especial, é problemática; na fluidez da contação de histórias de vida, a falha pode se reduzir a uma imprecisão perdoável, que garante a continuidade do fluxo narrativo. Afinal, não é corriqueiro que, ao contarmos uma história, priorizemos o intercalar interessante dos eventos (construindo situação inicial, conflito, clímax e desfecho) ao detalhamento das informações? Segundo Benjamin (1987), “metade da arte narrativa está em evitar explicações” (p.203).

Essa espécie de afrouxamento das regras jornalísticas é fragmento de uma cadeia de transformações no campo do jornalismo, perceptíveis na (e através da) construção textual. Para Charron e Bonville (2016), testemunhamos no jornalismo um período de transição paradigmática, quando a conduta dos jornalistas e os procedimentos usuais de apuração, escrita e edição já não dão conta da apreensão da realidade, processo este originário de “circunstâncias inusitadas”, provenientes de fatores econômicos, políticos, logísticos, sociais ou mesmo culturais.

No exercício cotidiano do seu ofício, o jornalista tende a reproduzir naturalmente as regras usuais do jornalismo (...). Mas acontece algumas vezes que circunstâncias inusitadas o incitem ou convidem a inovar, adotar um comportamento que se desvia ligeiramente da prática usual. Tal inovação, que se afigura como precedente, se for imitada pelos outros e assim se estender o bastante no tempo e no espaço, pode tornar-se uma nova regra. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.48)

Charron e Bonville (2016) distinguem quatro períodos em que as práticas jornalísticas passaram por transformações paradigmáticas: *jornalismo de transmissão* (meados do século XVIII), *jornalismo de opinião* (século XIX), *jornalismo de informação* (início do século XX) e o mais recente: *jornalismo de comunicação*, perceptível a partir das décadas de 1970 e 1980. Neste último, a prática jornalística se

caracteriza pela multiplicação dos suportes midiáticos, pela busca de novos mercados e por uma superabundância de ofertas. Diante desse contexto, como estratégia de diferenciação, os jornalistas estariam investindo na aproximação com os leitores.

Os jornalistas deixam transparecer mais abertamente sua subjetividade e tentam estabelecer com o público, cada vez mais ‘especializado’, laços de convivência e de intersubjetividade. Os gêneros jornalísticos que dão amplo espaço ao comentário estão em nítida ascensão. (...) O hibridismo entre o discurso de imprensa e as outras formas do discurso midiático é tolerado, até mesmo encorajado: a ficção se mistura à realidade. (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 30)

Nesse sentido, merece destaque o fato de que, na perspectiva dos autores, transformações estruturais e mercadológicas sejam percebidas no discurso, refletidas na produção textual, como reforçam posteriormente: “A estrutura de um texto de notícia, o tipo de orações que nele encontramos (essencialmente enunciados narrativos ou descritivos), o léxico a ser empregado e, sobretudo, a não ser empregado (...). Tudo isso faz parte de regras tácitas cuja existência só aparece, de modo indireto, quando elas são textualmente transgredidas” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 69).

Esse fenômeno de transgressão do discurso a partir da subjetivação, uma das características do *jornalismo de comunicação*, identificado pelos autores, dialoga com os estudos de Medina (2014) sobre as “narrativas da contemporaneidade”, produzidos desde a década de 1970. A pesquisadora compreende esse cenário de transformações como momento de revisão de princípios canônicos do jornalismo, como a objetividade e a imparcialidade, e de se assumir um fazer jornalístico que abraça a subjetivação, a contradição, a pluralidade de vozes – que se afeta.

Em seus estudos recentes, Medina (2014) aborda esta espécie de transição do jornalismo de explicação ao jornalismo de compreensão dos sujeitos. Segundo a autora, a matéria interpretativa “passou, ao longo das últimas décadas do século passado à atualidade do século XXI, por inúmeras crises” (p.39) e, entre elas, está posta a crise da noção racionalista do jornalismo. “Os narradores da contemporaneidade abdicam então da arrogante divulgação de realidades e de protagonistas preestabelecidos na generalização plana e linear” (p. 44), dando lugar à sensibilidade e a fontes não-convencionais, não-oficiais, complexas.

Quando se constrói um personagem ou uma história de vida, as fronteiras do real e do imaginário se borram. O método do questionário em uma entrevista, com a pré-pauta estabelecida e os resultados previsíveis, cai por terra na interação humana criadora de um encontro sem cartas marcadas. Também a crença de um rigor profissional que chegue à fidelidade objetivista, em última instância a uma única verdade, só persiste em atitudes arrogantes (MEDINA, 2014, p. 43)

É nesse contexto de *jornalismo de comunicação*, de subjetivação da linguagem e de afetação do repórter em relação à pauta que acreditamos estar inserido o especial “Viúvas do Veneno”.

2. Quando escrita e contexto coabitam: caminho metodológico

Para Charron e Bonville (2016), as transformações paradigmáticas às quais o campo do jornalismo atravessa são perceptíveis no texto e através do texto. Os autores, assim como Medina (2014), articulam o campo do discurso jornalístico com as práticas e as diversas forças que não apenas o orbitam, mas que incidem sobre ele. Nesse sentido, a compreensão do conceito de discurso se aproxima da proposta pelo britânico Norman Fairclough. O autor defende a necessidade de uma síntese entre estudos de linguagem e pensamento social.

Entre outras contribuições teóricas (como Gramsci, Althusser e Giddens), Fairclough (2001) lança mão de Michel Foucault para construir sua proposta metodológica, sobretudo porque, para Foucault, “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’(...) e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais” (2001, p. 22). Além disso, o psicanalista atenta para a forma como os discursos estão inseridos no curso da História e “como diferentes discursos se combinam em condições sociais peculiares para produzir um novo e complexo discurso” (p. 22).

Para Fairclough, o discurso, portanto, é elemento constituinte e não só constituído – colabora para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença – e possui uma dimensão “tridimensional”: “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Importante ressaltar que a análise desses três

aspectos se dá separadamente muito mais por uma questão didática, já que se tratam de partes intercambiantes de um todo. Na dimensão do texto, Fairclough analisa as costuras internas do objeto. Segundo ele:

a análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. (...) Além disso, distingo três outros itens principais que não serão usados na análise textual, mas na análise da prática discursiva, embora certamente envolvam aspectos formais dos textos: a ‘força’ dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, etc.) por eles constituídos; a ‘coerência’ dos textos; e a ‘intertextualidade’ dos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103-104)

Os quatro itens seguem uma ordem crescente de complexidade: o “vocabulário” se detém à palavra; a “gramática” atenta para as orações, à costura entre os termos; a “coesão” percebe “como as orações são ligadas em frases e como as frases, por sua vez, são ligadas para formar unidades maiores” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105-106), e a “estrutural textual” foca na arquitetura dos textos.

Na dimensão da prática discursiva, o analista se dedica a perceber os “processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106-107). O autor, inclusive, detalha essa etapa usando como exemplo a produção jornalística:

(...) um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção - no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (...) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição (FAIRCLOUGH, 2001, p.107)

Já a prática social constitui-se terreno em que hegemonia e poder atravessam o objeto analisado. Para o autor, hegemonia é “a construção de alianças e a integração, muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões nos meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (2001, p.122). Fairclough associa, portanto, a luta hegemônica a uma negociação constante, que se reflete e constrói em todas as dimensões do discurso, justamente porque em todas elas o aspecto ideológico está presente.

A ideologia é compreendida aqui como elemento responsável por negociar essas relações de dominação e por articular as dimensões social e discursiva, principalmente, interferindo não apenas na reformulação de discursos, mas nos modos de produzi-los:

“minha referência à transformação aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (2001, p.117).

Esta tridimensionalidade de Fairclough parece-nos dialogar com a forma como Charron e Bonville (2016) organizam o conjunto de regras constituinte do paradigma jornalístico. Segundos os autores, o paradigma é composto por um saber comum, que seria um repertório de referências, adquirido a partir da experiência dos repórteres e da imitação – algo como a “doxa jornalística” – e por um conjunto de regras, que podem ser classificadas em semânticas, procedimentais ou normativas.

As semânticas estão relacionadas ao processo de “seleção e interpretação das informações” (2016, p.75), próprias do ofício do editor; as procedimentais estão ligadas às rotinas de apuração e de organização dos dados – entrevistas, pesquisas; já as normativas dizem respeito ao comportamento dos profissionais: como eles se relacionam com as suas fontes, como lidam com dilemas éticos, por exemplo.

Ao ser percebido como texto, o “evento discursivo” é analisado linguisticamente, assemelhando-se às regras semânticas; como prática discursiva, coaduna-se com a categoria procedimental, evocando “a natureza dos processos de produção” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22); já como prática social, avaliam-se “as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22) – do mesmo modo, as regras normativas tratam do comportamento profissional e das relações estabelecidas pelo repórter enquanto veículo de comunicação.

Assim sendo, inferimos que tanto para Fairclough quanto para Charron e Bonville a percepção integral do discurso jornalístico (e de suas transformações) se dá à luz dessa perspectiva tridimensional – texto, prática discursiva e prática social. É dessa forma que pretendemos perceber o especial “Viúvas do Veneno”, investigando, a partir do discurso, de que modo as escolhas da equipe de reportagem revelam um afrouxamento de regras e se inserem no contexto do *jornalismo de comunicação*.

3. Quando as histórias de vida informam: apresentando o especial

A fim de aplicar a metodologia anteriormente apresentada, faremos inicialmente uma breve apresentação do objeto, contexto este fundamental para perceber as práticas discursiva e social. Entre os dias 17 a 20 de abril de 2013, o especial “Viúvas do Veneno”, publicado pela editoria “Regional” do jornal cearense Diário do Nordeste, abordou histórias de contaminação e morte de trabalhadores rurais expostos ao uso de agrotóxicos. O caderno é composto por uma matéria de abertura (uma espécie de editorial) e três reportagens, no dia 17; uma matéria de repercussão, no dia 18; quatro reportagens e uma capa com fotolegenda, no dia 19; e três reportagens e uma capa com fotolegenda, no dia 20.

Ao longo de sete meses, a equipe de reportagem percorreu mais de seis mil quilômetros entre Pernambuco, Ceará, Paraíba e Bahia, além de ir a Campinas (SP) para ouvir representantes do agronegócio e de fabricantes de agrotóxicos. “Viúvas do Veneno” é oriundo, portanto, de um longo processo de pesquisa e de um contato frequente com as fontes por parte do jornalista – um aspecto importante para compreender o contexto em que a narrativa se assenta, atravessado por decisões de ordem logística, política e econômica (interesse da empresa jornalística, tempo e orçamento disponíveis para a apuração, acesso a informações oficiais, etc).

O farto material, contudo, não é apenas fruto desses sete meses de apuração efetiva. É o coroamento de 11 anos de pesquisas de Melquíades Júnior, num esforço pessoal pela cobertura do tema, que, como diria Medina (2014), foi “afetando” o repórter ao longo dos anos². Em 2002, segundo Melquíades relata na matéria que abre o especial, o jornalista já sabia das ameaças sofridas pelo agricultor e líder comunitário José Maria Filho (mais conhecido como Zé Maria do Tomé), na Chapada do Apodi (CE). Zé Maria havia feito denúncias sobre os males causados à população local pela pulverização aérea das grandes lavouras. Dois anos depois, em 2004, Melquíades inicia, de fato, o contato com as fontes.

²Na década de 1960, enquanto trabalhava para a extinta Revista do Globo, a jornalista e pesquisadora Cremilda Medina redigiu uma reportagem sobre um comerciante que se tornou artista plástico aos 60 anos. Pensando sobre o conteúdo produzido, Medina comenta: “Pintei essa história com as tintas mais afetivas possíveis. Devo ter intuído o que hoje entendo por afeto: estava perfeitamente afeta ao meu personagem e essa era uma narrativa de pessoas afetas uma à outra” (2015, p.43). A pesquisadora entende, portanto, “afeto” como tudo aquilo que nos “afeta”, que impacta o repórter, produzindo sensações diversas. E atribui a este afeto a gênese das escolhas desta reportagem sobre o artista plástico. Esta hipótese dialoga com o que propomos neste artigo.

Esta série especial não começa agora, mas há sete anos, em Limeiro do Norte, cidade de José Maria Filho, uma das fontes exclusivas entre os moradores e lideranças na Chapada do Apodi. Sabíamos, dois anos antes, das ameaças de morte que sofria por denunciar a pulverização aérea onde hoje está um dos maiores polos fruticultores do Nordeste. Mesmo assim, ele insistia em não se calar. Quando foi assassinado, a comunidade de Zé Maria não se calou e os cientistas constataram as doenças causadas pelo veneno denunciado. (JÚNIOR, 2013, p.1)

De 2004 a 2013, o repórter segue publicando notícias sobre o tema, seja no jornal ou no blog Diário Vale do Jaguaribe, hospedado no portal do Diário do Nordeste. Os conteúdos tornam-se mais frequentes a partir de 2008, quando o uso de agrotóxicos na região se converte em tragédias. Naquele ano, os trabalhadores Valderi Rodrigues e Vanderley Matos da Silva falecem por complicações relacionadas ao manuseio do veneno, segundo os laudos médicos de ambos. Em matéria de 2011 para o blog, Melquíades divulga uma foto exclusiva de Valderi, já com uma das pernas amputadas.

A foto ao lado eu fiz meses antes da morte de seu Valderi. Ele foi contratado de forma temporária e emergencial para fazer a aplicação de agrotóxicos na plantação de banana de uma grande empresa agrícola. Não havia Equipamentos de Proteção Individual (EPI) suficientes para todos, então em uma das aplicações contaminou-se um dos dedos do pé, depois o pé, em seguida metade da perna, depois a perna inteira, depois a outra. Valderi morreu. A empresa alegou que não tem qualquer responsabilidade sobre a doença. Alegou que o trabalhador rural sofria de diabetes, que seria a causa do mal que o atacou. Laudos médicos atestam o contrário. Até hoje a família do trabalhador briga na justiça por direitos que lhe teriam sido negados. (JÚNIOR, 2011)

“Viúvas do Veneno” é publicado cinco anos depois da morte de Valderi e de Vanderley, período durante o qual Melquíades Júnior segue mantendo contato com as famílias, segundo o jornalista nos assegurou em conversas prévias à escrita deste artigo. Um dado interessante, nesse sentido, é que o contato com as fontes não cessa com a publicação do especial. O repórter, já imbricado nas histórias de vida, segue como observador privilegiado, fiscalizador e atento. Um ano e meio depois, o mesmo jornalista redigiria matéria sobre a decisão favorável do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) à família de Vanderley, condenando assim a multinacional Delmonte Fresh Produce pela morte do trabalhador.

A história de Vanderley encapou o terceiro e último dia da série de reportagens “Viúvas do Veneno”, publicada nos dias 17, 19 e 20 de abril de 2013. Empregado no setor de almoxarifado da empresa Delmonte, na Chapada do Apodi, Vanderley era responsável pelo manuseio dos

agrotóxicos. A ação judicial movida pela família esperava há quatro anos por um julgamento, que veio semanas após a publicação da reportagem. (JÚNIOR, 2014)

Além do acompanhamento intenso e extenso às fontes, ao longo de vários anos, destacam-se na produção do especial as escolhas narrativas e estilísticas do autor, que ajudam a revelar desde já elementos próprios da dimensão textual e da prática discursiva. Desde 2004, quando Melquíades Júnior começa a escrever sobre contaminação por agrotóxicos, aborda o tema através de notícias e reportagens com estruturas convencionais, focadas em acontecimentos factuais. Em “Viúvas do Veneno”, no entanto, opta por, de fato, contar histórias, valendo-se de recursos próprios da literatura e conferindo protagonismo a fontes específicas. Na estrutura dessas reportagens, pirâmide invertida, lide, ou quaisquer formatos de estruturação jornalísticos que estimulem informações rápidas e automatizadas são dispensados. Impressões subjetivas como dor, angústia e culpa transbordam nas páginas a partir do relato do repórter que, por vezes, confunde sua voz com a das fontes. Essa é apenas uma das características perceptíveis através da análise textual que empregaremos mais detalhadamente a seguir.

4. Quando se lê nas entrelinhas: análise textual

A reportagem *Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: “‘Mãinha’, não me deixe morrer*”, a primeira com características mais subjetivas, localiza-se na terceira página do especial. É antecedida por uma matéria de capa, intitulada *Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros*, que funciona como uma espécie de editorial, apresentando o conjunto de reportagens e justificando sua produção, e por outra matéria, com tratamento mais objetivo (*Brasil registra aumento de mortes por agrotóxicos*), que reforça a intenção de justificativa da capa e traz os primeiros dados: números mais recentes de mortes por intoxicação no Brasil e em que regiões esses óbitos são mais recorrentes.

Algumas passagens desta matéria, no entanto, saltam aos olhos, adiantando e legitimando o teor subjetivo da reportagem que vem a seguir. No intertítulo “Suicídio”, por exemplo, o autor pontua outra face das mortes por envenenamento, na qual se revela

um perfil distinto do dos trabalhadores rurais: “pessoas que não têm contato com a atividade agrícola, mas que sabem onde adquirir, de forma facilitada, o agrotóxico” (2013, p.2). Sobre isso, Melquíades alerta: “Mas os números não dizem tudo” (p.2). Percebe-se aqui um ponto de virada. Ao indicar que o texto informativo convencional, de apresentação e trato objetivo dos dados, não dá conta de “compreender a realidade”, como diria Medina (2014, p. 47), estabelece-se uma conexão entre a matéria e a subjetivação adotada na que a sucede. O intertítulo “Subnotificação” atua da mesma forma: o déficit de denúncias deixa evidente o fato de que os números não são suficientes para abarcar a dimensão polifônica e polissêmica do acontecimento. É preciso, portanto, unir a “referência ao real” com a “poética do surreal”:

Na convivência da referência ao real e na poética do surreal despe-se a couraça da dogmática positivista. A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos. (MEDINA, 2014, p. 47)

Chegando ao objeto de análise propriamente, desde o título revelam-se elementos de ruptura com o que vinha sendo produzido. Em *Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’, não me deixe morrer*”, o que se entrega para o leitor é o testemunho máximo da viúva: a agonia do esposo, parindo as dores da morte – isso a partir de uma aspa dela, com traços do seu “modo de ser, mo’dizer”³. As expressões ‘Rodrigue’ e ‘Mãinha’ são indícios disso. Sobre a construção plural da língua, Fairclough defende: “tem valor limitado conceber uma língua com um vocabulário que é documentado ‘no’ dicionário, porque há muitos vocabulários sobrepostos e em competição correspondendo aos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas” (2001, p.105). O uso da palavra ‘mãinha’ ilustra ricamente essa percepção do vocabulário como obra e construtor.

³ “Modo de ser, mo’dizer” é a expressão que intitula a tese de doutorado de Cremilda Medina, na qual explora, entre outros, a importância de se adotar os falares das fontes. A autora aborda essa questão em artigo produzido para o livro “Aventuras da Memória”: “O criador da assinatura polifônica e polissêmica se projeta, sem rede de proteção, à escuta do modo de ser, mo’dizer (título de minha tese de doutorado, em 1986) dos que nos cercam nas suas diferentes identidades culturais. Não há como se despir de dogmatismos e criar literalmente narradores descentralizados, se não se pesquisam falares, comportamentos, visões de mundo, imaginários que em muito ultrapassam a impessoalidade declaratória da fonte de informação tradicional” (MEDINA, 2014, p. 22)

A palavra é citada pela fonte e assimilada durante o processo da entrevista. Origina-se, pois, no seio de um repertório próprio de Maria, de sua comunidade, inserido em um tempo e espaço específicos. Ao, no entanto, levar a citação para o título da matéria, o repórter faz uma escolha que desemboca nas segunda e terceira dimensões do discurso: a valorização da oralidade da fonte diz da prática discursiva do jornalista. Ainda que o uso das aspas indique que a decisão fora cautelosa, pois reforçam ‘mãinha’ e ‘Rodrigue’ como palavras externas à norma culta, forasteiras.

Esta cautela do repórter é perceptível ainda na objetividade presente em peças textuais que margeiam a narrativa principal, como a legenda, o subtítulo e o quadro explicativo, intitulado “evolução da doença”. Neles, a voz do repórter surge distinta da que ressoa na reportagem. Nesse sentido, ao tratar de coesão textual, Fairclough fala sobre a existência de “diferentes modos de racionalidade” (2001, p.106), que se modificam “à medida que mudam as práticas discursivas” (p.106). Acreditamos que essa mudança de racionalidade é o que acontece nas peças citadas: a voz do repórter na legenda da foto (“Maria viu o marido morrer em seus braços depois de muito sofrimento”) e no subtítulo da matéria (“Trabalhador de Polo agrícola na Chapada do Apodi morre sem ter os direitos assegurados”) não é a mesma que narra a saga de Valderi e Maria. Não enuncia igual, revelando assim uma variação discursiva – motivada possivelmente por questões pragmáticas, como a limitação de caracteres (determinada pelo projeto gráfico), mas também pela necessidade de polifonia demandada pelo texto. Neste caso, polifonia não implica apenas em diferentes vozes de fontes interagindo na reportagem, mas na ideia de um mesmo repórter com múltiplos “modos de dizer” (MEDINA, 2014).

Essa variação nos “modos de racionalidade” dialoga com a distinção proposta por Medina (2014) entre autor e narrador. Para a pesquisadora, “diferentemente do autor, [o narrador] não está no domínio da realidade (pessoa concreta) e sim, constitui uma instância literária. (...) Autor, personalidade real; narrador, criação literária de quem conta uma história, apresenta uma situação, fala pela voz dos protagonistas da cena” (2014, p.20-21). Assim, é como se Melquíades alternasse entre discursos e racionalidades: a do jornalista – sucinto, objetivo, informativo – e a do narrador – subjetivo, onisciente, poético.

A combinação de vocabulários de um campo semântico comum é também uma estratégia usual de manutenção da coesão de um discurso, segundo Fairclough. Dando sequência à análise, já nos primeiros parágrafos do texto, o repórter (aqui narrador) transporta, pelo vocabulário, o leitor ao ambiente popular da narrativa. Não chega, no entanto, a adotar termos particulares (como ‘mãinha’), mas expressões cotidianas, próprias do tempo e do lugar das fontes: “a cerâmica” em vez de “a fábrica de cerâmicas”; “bota mais de dez pra fora”, referindo-se às demissões; “o dia pra saber se vai dar certo”, sobre a admissão no emprego; “lavar roupa pra fora”, pagar o aluguel “com um mês dentro”. Elas, combinadas às informações espaço-temporais (como “na Cidade Alta, Limoeiro do Norte” ou “na Chapada do Apodi”), ajudam a imergir o leitor na história.

Do ponto de vista da prática discursiva, alguns dos trechos deste primeiro parágrafo revelam outra característica recorrente na produção de Melquíades: a presença do que estamos chamando de narrativas indiciais – histórias de contexto, anteriores e externas à principal, que existem para localizar a narrativa, mas que não serão detalhadas pelo repórter. Esses excertos vão de encontro ao princípio jornalístico de averiguação das versões da fonte e de objetividade, mas são muito presentes em narrativas orais. Quando se lê: “Valderi fica desempregado quando a cerâmica bota mais de dez pra fora”, não há detalhes sobre o processo de demissão, o tempo de serviço do empregado, nem mesmo o nome da fábrica de cerâmicas ou o sobrenome de Valderi. O mesmo acontece no terceiro parágrafo, quando apenas pincela sobre os relacionamentos anteriores do casal: “Os dois vêm de outros divórcios. Ele largou a esposa e ela foi largada pelo marido”. Na flanação discursiva do narrador, abrem-se veredas estreitas ao pé da trilha larga, deixando rastros que poderão ou não ser retomados pelo andarilho.

As marcas de um narrador onisciente também estão por toda parte. É ele quem conduz os leitores para o primeiro dia de trabalho de Valderi na plantação de bananas (“Coloca a bomba nas costas, com o veneno preparado por outros colegas e vai pulverizando”) e os convida a testemunharem até mesmo o primeiro banho do agricultor depois da labuta: “Dos cascalhos que descem no chuveiro, o primeiro é veneno, depois o suor do dia e, enfim, está limpo” (2013, p.3).

O uso do tempo verbal no presente, outra característica recorrente, fortalece a

incidência do narrador onisciente, conferindo dinamismo e reavivando as cores da memória. No quinto parágrafo, lê-se uma sobreposição de tempos presentes: “‘Ainda tá muito feio, em carne viva’, nota Maria” (p.3). A protagonista não nota a gravidade do ferimento no momento da entrevista, muito menos no agora em que o leitor acessa a reportagem, mas num presente outro, impreciso, poucos dias antes do retorno de Valderi para retirar os pontos. Mas a lembrança vivifica o acontecimento, emerge dos confins da memória, conferindo status de agora.

Ainda sobre a relação tempo e narrativa, ao detalhar a evolução da doença, o narrador deixa de lado a precisão jornalística e adota como marcadores temporais da história as perdas físicas de Valderi. Nos quinto e sexto parágrafos, há vários deles: “No dia de tirar os pontos”, “Com dois meses de quando perdeu o primeiro dedo”, “passados três anos de quando duas muletas substituem o pé direito”.

Percebe-se ainda que, enquanto narrador onisciente, o repórter se dá a liberdade de afrouxar as fronteiras entre informação e opinião (marca do jornalismo de comunicação de Charron e Bonville), fazendo inferências acerca da realidade, ainda que possivelmente pautadas nos relatos colhidos no processo de apuração. Em “chega em casa como quem repõe a cruz no ombro”, no penúltimo parágrafo, e no trecho final da reportagem (“Sem saber de onde tira força, coloca sozinha o homem na rede, ele pesando o dobro dela. O choro abraçado dos dois é a despedida. Valderi não sente mais dor. Só Maria”) é possível notar essas marcas. Expressões como “repõe a cruz dos ombros”, “sem saber de onde tira força”, “pesando o dobro dela” e “Valderi não sente mais dor. Só Maria” comprovam essa atravessagem do jornalista pelas fronteiras dos gêneros.

Por fim, outro afrouxamento das regras jornalísticas percebido na reportagem é o borramento entre as vozes do repórter e das fontes. Observemos o seguinte trecho, no sexto parágrafo: “Num dia para se esquecer, Maria chega do trabalho e Valderi está no chão, rolando de parede a outra, numa tentativa de suportar a dor”. A quem pertence a frase “Num dia para se esquecer”? O narrador infere que se trata de um dia a ser esquecido ou Maria afirma isso? A ocorrência pode ser também interpretada como uma marca opinativa do narrador onisciente, já detectada em outras passagens.

5. Quando ainda há um longo caminho a percorrer: considerações finais

Em resumo, após a análise de *Abraçado comigo* 'Rodrigue' dizia: “‘Mãinha’, não me deixe morrer”, o que chamamos de afrouxamento das regras jornalísticas pode ser percebido em algumas características, a saber: presença do narrador onisciente; uso do presente como tempo verbal predominante; imprecisão das informações como consequência da priorização do fluxo narrativo; borramento das fronteiras entre informação e opinião, e entre entrevistador e entrevistado; adoção dos modos de dizer da fonte; reposicionamento de textos objetivos e de fontes oficiais para as margens da narrativa ou para outras matérias, em separado.

Valendo-nos dos conceitos firmados por Charron e Bonville (2016), tais elementos suscitam um rompimento com os modos convencionais de apreensão da realidade. Os autores pontuam, categóricos: “o jornalismo não pode, sem deixar de existir, escapar dessa imposição essencial: representar o real” (2016, p. 188), sob o risco de “se negar como prática discursiva específica” (2016, p. 188). O trato da realidade, porém, pode se dar de modos diversos: “da deferência à crítica, da objetividade à subjetividade” (2016, p. 188-189).

No jornalismo de informação, segundo os autores canadenses, o jornal objetiva esclarecer o leitor sobre o real, estabelecendo, para isso, certa distância dos fatos. “Esse tipo de jornalismo se considera servidor do real: a atualidade deve ser relatada o mais rápida e exaustivamente possível” (2016, p. 198). Na contemporaneidade, no entanto, a realidade é, a todo tempo, criticada e ressignificada pelos sujeitos – “o real não é apenas objetivado, mas relativizado” (2016, p. 199), o que impacta no modo como, no jornalismo de comunicação, este real será apreendido. Neste paradigma que se apresenta, “os jornalistas estão conscientes de poder ‘criar’ algo real a partir do real, por exemplo, escolhendo o ângulo sob o qual abordar as ocorrências (...) ou ainda se interessando por parte menos evidentes do real, como as ‘vivências’ das pessoas comuns” (2016, p. 199).

O estudo pretende progredir no sentido de traçar um ethos do que chamamos de jornalista-narrador: aquele que assume a subjetividade como bússola de todas as instâncias da produção, do planejamento da pauta à edição e veiculação, passando pela apuração, produção textual, escolha dos suportes e desenvolvimento do projeto gráfico.

Defende-se, portanto, a hipótese de que o interesse do jornalista por uma angulação que valorize as “‘vivências’ das pessoas comuns” atravessa os modos de apurar, captar, mas também a sua conduta e a sua relação com fatores aparentemente externos, como a relação jornalista-empresa de comunicação.

Metodologicamente, para dar conta desta proposição, além de fazer entrevistas aos repórteres, seguiremos nos valendo da perspectiva tridimensional de Fairclough (2001), percebendo a que campos de força próprios das práticas discursiva e social as características textuais estão associadas, ou seja, que aspectos estruturais, comerciais, logísticos, gráficos e políticos influenciam (positiva e negativamente) na atuação desses jornalistas-narradores.

6. Bibliografia

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Obras Escolhidas**: magia, técnica, arte, política. V 1. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean. Natureza e transformação do jornalismo. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

JÚNIOR, Melquíades. Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: 'mãinha, não me deixe morrer'. Diário do Nordeste, Fortaleza, 17 abr. 2013. Regional, p.3.

_____. Diário Vale do Jaguaribe [Blog Internet]. Centro de Referência da Saúde do Trabalhador será implantado em Limoeiro. Fortaleza: Antônio Melquíades Júnior, 19 set.2011. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/valedojaguaribe/sem-categoria/centro-de-referencia-da-saude-do-trabalhador-sera-implantado-em-limoeiro>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. TRT mantém decisão que condena multinacional. Diário do Nordeste, Fortaleza, 14 nov. 2014. Cidade. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/trt-mantem-decisao-que-condena-multinacional-1.1150525>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

MEDINA, Cremilda. Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.

_____. Criador da assinatura coletiva ou artífice do diálogo social. In: MOURA, Dione et al. Jornalismo e literatura: Aventuras da memória. Brasília: Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2014.